

Texto I



Charge do Gilmar. Disponível em: [https://2.bp.blogspot.com/\\_dEMvDZ8eljA/SxotA75WM\\_I/AAAAAAAAAFRw/8RrJIMgEulg/s1600-h/16.JPG](https://2.bp.blogspot.com/_dEMvDZ8eljA/SxotA75WM_I/AAAAAAAAAFRw/8RrJIMgEulg/s1600-h/16.JPG). Acesso em 23.jan.2024.

Texto II

A corrupção política configura-se quando governantes, servidores públicos e agentes privados utilizam-se ilegalmente do poder político e financeiro de organismos ou agências governamentais, com o objetivo de transferir renda pública ou privada, de maneira criminosa, para si ou para determinados indivíduos e grupos ligados por quaisquer laços de interesse comum.

Disponível em:  
<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/294051/corruptcao-politica>.  
Acesso em 23.jan.2024.

Texto III

A baixa confiança da população brasileira frente às principais instituições políticas (...) tem sido apontada por diversas pesquisas. A despeito dos vários fatores causadores desta desconfiança generalizada, a corrupção é, certamente, o principal deles, contribuindo sobremaneira para o enfraquecimento das principais instituições democráticas brasileiras, além de afastar a população da participação política. (...) Apesar de instituições demonstrarem grande capacidade em garantir transparência às práticas corruptas, e da habilidade da mídia em tornar visível a ocorrência da corrupção, não existe o mesmo desenvolvimento da competência de punir os envolvidos, principalmente por parte do Poder Judiciário. Nos momentos de eleição, políticos envolvidos em escândalos continuam sendo reeleitos pelo voto popular. Os resultados da ineficácia em punir políticos no âmbito jurídico e eleitoral, tem suscitado a sensação de que o problema da corrupção é recorrente e, que os cidadãos são, de certa forma, tolerantes a ela. O cenário pode concorrer para o julgamento de que os órgãos governamentais são relativamente apáticos, o que sugere desconfiança quanto à atuação destes. (...) A população brasileira reconhece que a corrupção no país é endêmica e perniciosa para a constituição de uma agenda sólida de desenvolvimento socioeconômico.

Disponível em:  
<https://www.fclar.unesp.br/Home/Pesquisa/GruposdePesquisa/participacaodemocraciaepoliticaspUBLICAS/encontrosinternacionais/pdf-st15-trab-aceito-0470-12.pdf>, com ajustes. Acesso em 23.jan.2024.

Texto IV

O Brasil registrou 38 pontos e ficou em 94º lugar entre 180 países no ranking mundial da corrupção divulgado pela Transparência Internacional, em Jan/2023. É o terceiro ano consecutivo que o Brasil mantém um desempenho ruim no índice, de acordo com a organização. O Índice de Percepção da Corrupção (IPC) mede como especialistas e empresários enxergam a integridade do setor público nos 180 países pesquisados. A nota vai de 0 a 100, onde 0 significa “altamente corrupto” e 100 significa “muito íntegro”. Quanto melhor a posição no ranking, menos o país é considerado corrupto. Etiópia, Argentina, Tanzânia e Marrocos obtiveram a mesma nota que o Brasil. Para a Transparência Internacional, o resultado mostra que o país perdeu uma década de avanços no combate à corrupção. A pior avaliação obtida pelo Brasil, de 35 pontos, foi registrada em 2018 e 2019. O segundo pior desempenho ocorreu em 2017, com 37 pontos.

Posição do Brasil nos levantamentos: 2022 - 94ª posição; 2021 - 96ª posição; 2020 - 94ª posição; 2019 - 106ª posição.

**Outros países:** No levantamento de 2022, Somália (12 pontos), Síria e Sudão do Sul (13) ocuparam as últimas posições do ranking. A lista de dez países considerados “altamente corruptos” é completada por Venezuela, Iêmen, Líbia, Coreia do Norte, Haiti, Guiné Equatorial e Burundi.

Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/31/brasil-repete-nota-e-mantem-desempenho-ruim-em-ranking-que-mede-percepcao-sobre-corruptcao.ghtml>, adaptado. Acesso em 23.jan.2024.

**PROPOSTA DE REDAÇÃO:** A partir do material de apoio e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em norma padrão da língua portuguesa, sobre o tema: “Caminhos para acabar com a corrupção e fortalecer a democracia brasileira”.